

## ANEXO I

NOME ENTIDADE	
ENDEREÇO	
CNPJ	
TELEFONE	
EMAIL	
MODALIDADE PLEITEADA (PARA ESTE CREDENCIAMENTO ESTÃO PREVISTAS SOMENTE AS MODALIDADES DE REFORMA/AMPLIAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS E CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS)	
SE REFORMA/AMPLIAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, INFORMAR OS MUNICÍPIOS QUE ATENDE. (LEMBRAR QUE DEVE CONSTAR NO ESTATUTO DA OSC A PREVISÃO DE ATUAÇÃO NA ÁREA HABITACIONAL, ASSIM COMO OS MUNICÍPIOS DE SUA ATUAÇÃO)	
SE CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO, INFORMAR A ÁREA DE ATUAÇÃO. (POR EXEMPLO: SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, ETC)	

## ANEXO II

<p><b>1</b></p>	<p>1.1 Cópia do Estatuto Social registrado e suas eventuais alterações também registradas, que preveja expressamente: objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, compatíveis com o objeto solicitado. (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. I e Lei n.º 13.019/2014, art. 33, inc. I / Lei n.º 17.928/2012, art. 58, inc. VI);</p> <p>1.2 Cópia do Estatuto Social registrado e suas eventuais alterações também registradas, que preveja expressamente: que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei n.º 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta. (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. I e Lei n.º 13.019/2014, art. 33, inc. III);</p> <p>1.3 Cópia do Estatuto Social registrado e suas eventuais alterações também registradas, que preveja expressamente: escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade. (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. I e Lei n.º 13.019/2014, art. 33, inc. IV) – Declaração do Contador (<b>MODELO I</b>).</p>
<p><b>2</b></p>	<p>Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - <b>CNPJ</b>, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, <u>2 (dois) anos</u> com cadastro ativo (art. 33, inciso V, alínea “a” da Lei 13.019/2014 e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. IV).</p>
<p><b>3</b></p>	<p>Cópia da ata de eleição do quadro dirigente <u>atual</u>. (Lei n.º 13.019/2014, art. 34, inciso V).</p>
<p><b>4</b></p>	<p>Relação atual dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil – (Decreto Federal n.º 8.726/2016, art. 26, inciso VII e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. II) – (<b>MODELO II</b>);</p>
<p><b>5</b></p>	<p>Cópia dos documentos pessoais do Presidente da Entidade;</p>
<p><b>6</b></p>	<p>Cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado. (Lei n.º 13.019/2014, art. 34, inciso VII);( conta de consumo ou contrato de locação).</p>
<p><b>7</b></p>	<p>Declaração da não ocorrência de impedimentos à celebração da Parceria (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. III, alínea “a” e Lei n.º 13.019/2014, art. 39) (<b>MODELO III</b>);</p>

<b>8</b>	Declaração de não contratação e remuneração de funcionários públicos e parentes. (Decreto Federal n.º 8.726/2016, art. 27) <b>(MODELO IV)</b> ;
<b>9</b>	Declaração de cumprimento da legislação trabalhista de menores (Constituição Federal, art. 7º, inciso XXXIII) <b>(MODELO V)</b> ;
<b>10</b>	Declaração da não ocorrência de vedação à celebração da Parceria. (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. III, alíneas “a” e “b”) <b>(MODELO VI)</b> ;
<b>11</b>	Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Esta Certidão abrange inclusive as contribuições sociais). (Lei n.º 13.019/2014, art. 34, inc. II e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 65, inc. III);
<b>12</b>	Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Estaduais – SEFAZ. (Lei n.º 13.019/2014, art. 34, inc. II e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 65, inc. III);
<b>13</b>	Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais. (Lei n.º 13.019/2014, art. 34, inc. II e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 65, inc. III);
<b>14</b>	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. (Lei n.º 17.928/2012, art. 60, inc. VI / Decreto Federal n.º 8.726/2016, art. 26, inc. IV);
<b>15</b>	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS – CRF. (Lei n.º 17.928/2012, art. 60, inc. V / Decreto Federal n.º 8.726/2016, art. 26, inc. V e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. V);
<b>16</b>	Certidão Negativa de Tributos Municipais Relativas ao Imóvel (IPTU e outros). (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 65, inc. III);
<b>17</b>	Declaração de que não se encontra em débito com a obrigação de prestar contas da aplicação de transferências anteriormente realizadas, ressalvando o previsto no §2º do art. 75 da Lei nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012 - <b>(MODELO VII)</b> ;
<b>18</b>	Formulário Cadastral e Declaração de Ciência de Comunicação Processual <b>(MODELO VIII)</b> .
<b>19</b>	Certidão de Negativa de Débitos com a AGEHAB – <b>Solicitar, via telefone (3096-5051) ou via e-mail (protocolo@agehab.go.gov.br), ao PROTOCOLO da AGEHAB.</b>

### **MODELO I: DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

(Lei 13.019/2014, art.33, inc. IV)

Eu ....., portador da Carteira de Identidade n.º.....expedida por.....em...../...../....., inscrito no CPF sob o n.º..... representante legal da Organização da Sociedade Civil – OSC....., situada na.....**DECLARO** à Agência Goiânia de Habitação - AGEHAB, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que .....(nome do contador), inscrito no CPF sob o n.º.....e no CRC/GO sob o n.º....., com endereço comercial situado na..... é o contador responsável pela referida OSC e que seu registro está regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade, conforme cópia anexa.

Declaro ainda que a escrituração está regular e de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, demonstradas nas demonstrações contábil e fiscal.

Nome do Escritório Contábil

CNPJ \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Cidade -UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

(Assinatura do Representante Legal da OSC)

(Cargo do Representante Legal da OSC – presidente / dirigente)

(nome da OSC)

**Observação:** anexar a esta Declaração o comprovante de regularidade do contador perante o Conselho Regional de Contabilidade.

## MODELO II: RELAÇÃO ATUAL DOS DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

(Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. II e Lei nº. 13.019/2014, art.34, VI / art. 33, inciso V, alínea “a” da Lei 13.019/2014.

Eu ....., portador da Carteira de Identidade n.º.....expedida por.....em...../...../....., inscrito no CPF sob o n.º..... Representante legal da Organização da Sociedade Civil – OSC....., situada na.....informo à Agência Goiana de Habitação - AGEHAB, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a OSC por mim representada possui os seguintes dirigentes:

Nome completo do dirigente	Cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF.	Endereço residencial, telefone e-mail.

**Nota: Devem estar relacionados todos os dirigentes.**

Certifico que o período de atuação dos dirigentes acima qualificados é de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ à \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Cidade -UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

(Assinatura do Representante Legal da OSC)

(Cargo do Representante Legal da OSC – presidente / dirigente)

(nome da OSC)

### **MODELO III: DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS À CELEBRAÇÃO DA PARCERIA**

(Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB – Dos Convênios e Parcerias e Lei 13.019/2014, art. 39)

Eu ....., portador da Carteira de Identidade n.º.....expedida por.....em...../...../....., inscrito no CPF sob o n.º..... representante legal da Organização da Sociedade Civil – OSC....., situada na.....**DECLARO** à Agência Goiana de Habitação - AGEHAB, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a OSC por mim representada e seus dirigentes, não incorrem em quaisquer das vedações abaixo especificadas. Nesse sentido, a citada OSC, **declara** que:

- Esta regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional. (Lei n.º 13.019/2014, art. 39, inciso I);
- Não foi omissa no dever de prestar contas de Parceria anteriormente celebrada. (Lei n.º 13.019/2014, art. 39, inciso II e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 187, inc. III, alínea “a”);
- Não descumpriu injustificadamente o objeto da Parceria; não houve desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos; não houve ocorrência de Dano à AGEHAB ou prática de outros atos ilícitos na execução de Parceria. (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 187, inc. III, alíneas “b”, “c”, “d” e “e”);
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o (Acordos de Cooperação ou Termos de Fomento ou termos de Colaboração), estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de Parceria simultaneamente como dirigente e administrador público. (Lei n.º 13.019/2014, art. 39, inciso III e §5º);
- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se: (a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados; (b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; (c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo. (Lei n.º 13.019/2014, art. 39, inciso IV, alíneas “a”, “b”, “c”);

Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de: (a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; (b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; (c) suspensão temporária da participação em chamamento público e

impedimento de celebrar Parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos; (d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar Parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo. (Lei n.º. 13.019/2014, art. 39, inciso V, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”);

- Não teve contas de Parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 08 (oito) anos. (Lei n.º 13.019/2014, art. 39, inciso VI);
- Não tem entre seus dirigentes pessoa: (a) cujas contas relativas a Parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 08 (oito) anos; (b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; (c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei n.º 8.429, de 02 de junho de 1992. (Lei n.º 13.019/2014, art. 39, inciso VII, alíneas “a”, “b”, “c”);
- Inexiste dívida com o Poder Público, bem como de inscrição nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito. (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. III, alínea “a”);

Sendo esta a expressão da verdade, firmo a presente.

Cidade - UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

(Assinatura do Representante Legal da OSC)

(Cargo do Representante Legal da OSC – presidente / dirigente)

(nome da OSC)

## MODELO IV: DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E PARENTES

(Decreto Federal n.º 8.726/2016, art. 27)

Eu ....., portador da Carteira de Identidade n.º.....expedida por.....em...../...../....., inscrito no CPF sob o n.º..... Representante legal da Organização da Sociedade Civil – OSC....., situada na..... **DECLARO** à Agência Goiânia de Habitação - AGEHAB, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a OSC por mim representada:

- Não possui em seu quadro de dirigentes: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública estadual; (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das mesmas pessoas mencionadas na alínea (a). (Decreto Federal n.º 8.726/2016, art. 27, inciso I, alíneas “a” e “b”);
- Não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública estadual celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias. (Decreto Federal n.º 8.726/2016, art. 27, inciso II);
- Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública estadual celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. (Decreto Federal n.º 8.726/2016, art. 27, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c”).

Sendo esta a expressão da verdade, firmo a presente.

Cidade - UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

(Assinatura do Representante Legal da OSC)

(Cargo do Representante Legal da OSC – presidente / dirigente)

(nome da OSC)



## MODELO V: DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE MENORES

(Constituição Federal, art. 7º, inciso XXXIII)

Eu ....., portador da Carteira de Identidade n.º.....expedida por.....em...../...../....., inscrito no CPF sob o n.º..... Representante legal da Organização da Sociedade Civil – OSC....., situada na..... **DECLARO** à Agência Goiânia de Habitação - AGEHAB, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a OSC por mim representada **NÃO**:

- Não mantem em nosso quadro de pessoal empregado (s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos da Constituição Federal, art. 7º, inciso XXXIII.

Sendo esta a expressão da verdade, firmo a presente.

Cidade - UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

(Assinatura do Representante Legal da OSC)

(Cargo do Representante Legal da OSC – presidente / dirigente)

(nome da OSC)

## MODELO VI: DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE VEDAÇÃO À CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

(Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. III, alíneas “a” e “b”).

Eu ....., portador da Carteira de Identidade n.º.....expedida por.....em...../...../....., inscrito no CPF sob o n.º..... Representante legal da Organização da Sociedade Civil – OSC....., situada na..... **DECLARO** à Agência Goiânia de Habitação - AGEHAB, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a OSC por mim representada:

- Não possui dívida com o Poder Público, bem como, inscrição nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito. (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. III, alínea “a”);
- Não existe no quadro de dirigentes desta Organização da Sociedade Civil nenhum membro de conselho, diretoria ou com vínculo empregatício com a AGEHAB (ainda que cedido ou requisitado), bem como, que os referidos dirigentes da OSC também não possuem cônjuges ou companheiros, pessoa com grau de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, que ocupem referidos cargos na AGEHAB. (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 187, inc. I);
- Tem experiência anterior em atividades relacionadas à matéria objeto do Contrato. (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 187, inc. II);
- Não incorreu em suas relações anteriores com a AGEHAB nas seguintes condutas: a) omissão no dever de prestar contas; b) descumprimento injustificado do objeto de convênios; c) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos; d) ocorrência de dano à AGEHAB; ou é) prática de outros atos ilícitos na execução de convênios. (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 187, inc. III, alínea “a”, “b”, “c”, “d”, “e”).

Sendo esta a expressão da verdade, firmo a presente.

Cidade -UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

(Assinatura do Representante Legal da OSC)

(Cargo do Representante Legal da OSC – presidente / dirigente)

(nome da OSC)

**MODELO VII: DECLARAÇÃO DE QUE NÃO SE ENCONTRA EM DÉBITO COM A  
OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS**

**DECLARAÇÃO**

=====

Declaro para os devidos fins que a (Nome da Entidade) não se encontra em débito com a obrigação de prestar contas da aplicação de transferências anteriormente realizadas, ressalvando o previsto no §2º do art. 75 da Lei nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012;

(Local e data).

---

(Nome completo)  
(Responsável pela entidade)

**MODELO VIII: Formulário Cadastral e Declaração de Ciência de Comunicação Processual**

01. IDENTIFICAÇÃO DO ENTE INTERESSADO		
Razão Social		
Nome Fantasia (se houver)		
CNPJ		
Endereço		CEP
Bairro	Município	Estado
DDD	Telefone 1:	Telefone 2:
DDD	Celular 1:	Celular 2:
E-mail 1:		
E-mail 2:		
E-mail 3:		

02. REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS)		
Elencar os administradores do Ente Interessado (Prefeito, Secretário, Presidente, Diretor etc)		
Nome	CPF	Cargo
03. DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL:		
<p><i>Declaro para todos os fins que são verdadeiras as informações fornecidas para o preenchimento deste documento e que todas as alterações que, porventura, vierem a ocorrer serão - de imediato – comunicadas formalmente à Agência Goiana de Habitação S/A – AGEHAB.</i></p> <p><i>Declaro ainda que estou ciente do teor do §1º do Art. 11 da Instrução Normativa nº 004/2018 – AGEHAB e consinto com recebimento de comunicações e notificações processuais pelos endereços de email acima fornecidos.</i></p>		
Nome do Declarante (Representante Legal):		Cargo
Local:	Data:	Assinatura de Representante Legal*:

Assinatura do Representante Legal

### ANEXO III

Declaramos para os fins que se fizerem necessários que, a entidade conhece e assume o compromisso de atender:

1. Ao Código de obras e posturas do município (ou normativa equivalente) \_inserir nome do município, onde intenciona executar o equipamento comunitário ou as reformas habitacionais;
2. A Norma de Desempenho NBR 15.575/2013 em relação ao desempenho das edificações construídas, ampliadas ou reformadas, a Norma de Acessibilidade NBR 9050/20015, em relação ao desenho acessível dos espaços e do percentual mínimo de atendimento de pessoas com necessidades especiais, ao Estatuto do Idoso Lei 10.741/2003, artigo 38, inciso I quanto ao percentual de idosos a serem atendidos;
3. As normativas do Corpo de Bombeiros Militar e Vigilância Sanitária, nos casos onde o equipamento pleiteado requerer adequação dos projetos a estes órgãos.

Declaramos, por fim, que a Entidade possui instalações e condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

---

Assinatura do responsável e Carimbo do CNPJ

## ANEXO IV

**(IMPRESSÃO EM PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE)**

(SOMENTE PARA REFORMA/AMPLIAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS)

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (\*)

O(A) “**NOME DA ENTIDADE DECLARANTE**”, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º “**XXXXX**”, com sede em “**endereço completo da entidade declarante**”, representada por “**nome completo do representante legal**” vem, por meio desta, atestar, para fins de comprovação junto à AGENCIA GOIANA DE HABITAÇÃO - AGEHAB, que o(a) “**NOME DA ENTIDADE PROPONENTE**”, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º “**XXXXX**”, situado(a) à “**endereço completo da entidade proponente com CEP**”, apresenta capacidade técnica, física e operacional para implementação de programa de reforma/ampliação de unidades habitacionais de interesse social, considerando as experiências adquiridas na execução de projeto nesta área, realizado por ela junto a este(a) “*órgãos públicos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas da entidade declarante a que pertence a entidade declarante*”.

A comprovação no que diz respeito ao desenvolvimento de atividade (s), projeto (s)/ação(es), realizadas(os), referentes à matéria do objeto, estão relacionadas no Histórico anexo, demonstrando a execução com qualidade, não existindo, até a presente data, fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade da entidade com as obrigações assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional para a execução do que foi proposto.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos

[cidade], em XX de XXXX de 201X.

\_\_\_\_\_  
[nome do responsável]

CPF n.º 000.000.000-00

[endereço da empresa, caso não possua papel timbrado]

\* **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** (Poderão ser aceitos como atestado de Capacidade Técnica segundo o Decreto Federal n.º 8.726/2016, art. 26, inciso III, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f”), no que concerne a Comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria:

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

- a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
- b) **relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;**
- c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;
- d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, que sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;)
- e) **declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou**
- f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil;

## ANEXO V

### CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO

A **AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A – AGEHAB**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ nº 01.274.240/0001-47, faz saber que: a (**ENTIDADE**), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº (xxxxxxxxxxxxxx), com sede no endereço (xxxxxxxx), telefone (xxxxxx), e-mail: (xxxxxx), fora, devidamente credenciada para prestação de serviço descrita na cláusula (xxxxxxxx), item (xxx), tornando-se **APTA, caso haja interesse da Administração Pública, devidamente, fundamentado, iniciar procedimento de formalização de** Acordos de Cooperação ou Termos de Fomento ou termos de Colaboração, nos moldes da Lei nº 13.019/2014, na respectiva área de credenciamento abaixo:

**MODALIDADE PLEITEADA:** \_\_\_\_\_

**SE REFORMA, QUE MUNICÍPIOS ATENDE:** \_\_\_\_\_

**SE COMUNITÁRIO, QUAL A ÁREA DE ATUAÇÃO:** \_\_\_\_\_

**DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL:** \_\_\_\_\_

**SITUAÇÃO CADASTRAL:** \_\_\_\_\_

**DIRIGENTES DA SOCIEDADE CIVIL:** \_\_\_\_\_

**OBSERVAÇÕES:** A Organização Social apresentou: \* Declaração da não ocorrência de impedimentos à celebração da Parceria (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. III, alínea “a” e Lei nº 13.019/2014, art. 39); \* Declaração de não contratação e remuneração de funcionários públicos e parentes (Decreto Federal n.º 8.726/2016, art. 27); \* Declaração de cumprimento da legislação trabalhista de menores (Constituição Federal, art. 7º, inciso XXXIII); \* Declaração da não ocorrência de vedação à celebração da Parceria (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, art. 188, § 2º, inc. III, alíneas “a” e “b”); \* Declaração de que não se encontra em débito com a obrigação de prestar contas da aplicação de transferências anteriormente realizadas, ressalvando o previsto no §2º do art. 75 da Lei nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012; \* Declaração do Contador (Lei 13.019/2014, art. 33, inc. IV); \* Declaração de Ciência de Comunicação Processual; \* Atestado de Capacidade Técnica.

#### **VALIDADE DAS CERTIDÕES:**

Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e INSS:

Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Estaduais – SEFAZ:

Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais:

Certidão Negativa de Tributos Municipais Relativas ao Imóvel (IPTU e outros):

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT:

Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços FGTS – CRF:



Certidão atualizada de Inteiro Teor da Matrícula do imóvel emitida por cartório de registro competente, contendo registro atual e negativa de existência de ações reais e pessoais reipersecutórias e quaisquer outros ônus incidentes sobre o imóvel, **para comprovação dos poderes inerentes à propriedade do imóvel**, emitida há menos de 30 (trinta) dias:

Certidão Negativa de Débitos com a AGEHAB:

Encontra-se devidamente **CADASTRADA** como Organização de Sociedade Civil, por ter cumprido as exigências legais pertinentes.

O presente Certificado de Registro de Credenciamento tem validade por 02 (dois) anos, entretanto, assiste o dever da entidade cadastrada, em qualquer ocasião, apresentar documentos que objetivem atualizar as certidões e enriquecer o seu cadastro.

**Este Certificado de Registro de Credenciamento – CRC perderá sua validade, nos termos da lei e/ou findo o lapso temporal de 02 (dois) anos.**

Comissão de Credenciamento da AGEHAB, emitido em Goiânia, aos ..... dias do mês de ..... de dois mil e dezenove (\_\_\_/\_\_\_/2019).